



989

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0000405-30.2003.8.17.0730 (0281525-4)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: MOISES FRANCISCO DE SANTANA

APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO (ARTIGO 121, § 2º, I E IV, DO CÓDIGO PENAL). TRIBUNAL DO JÚRI. NÃO ACOLHIMENTO DA TESE DE NEGATIVA DE AUTORIA. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. ACOLHIMENTO DA TESE ACUSATÓRIA QUE SE REVELOU MAIS VEROSSÍMEL. SOBERANIA DO VEREDICTO POPULAR. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA QUE CONDENOU O APELANTE. NÃO PROVIMENTO DO RECURSO. DECISÃO UNÂNIME.

1. A cassação do veredicto do Tribunal do Júri, com base no artigo 593, III, "d", do CPP, somente pode ocorrer quando a decisão for completamente contrária à prova dos autos, ou seja, quando não houver qualquer elemento de convicção nos autos capaz de embasá-la, o que não ocorre no caso em apreço.
2. Dessa forma, tendo o Conselho de Sentença decidido em consonância com a prova dos autos, inexistente motivo para a submissão do acusado a novo julgamento.
3. Recurso não provido.



990

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Criminal nº 0281525-4 em que são partes as acima nominadas, ACORDAM, por unanimidade, os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça em negar provimento ao apelo, tudo nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 1º de Julho de 2014.


DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI
Presidente/Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0000405-30.2003.8.17.0730 (0281525-4)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: MOISES FRANCISCO DE SANTANA

APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

RELATÓRIO

Trata-se de apelação criminal interposta por **Moisés Francisco de Santana** contra decisão oriunda do Tribunal do Júri, que o condenou à pena definitiva de 20 (vinte) anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado, pela prática da infração prevista no art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal.

Consta na denúncia que na manhã do dia 09 de julho de 2002, na estrada que dá acesso à Praia de Maracaípe, na cidade de Ipojuca, os denunciados **Moisés Francisco de Santana**, vulgo "Noca", e **Marcílio Vita Fragoso de Medeiros**, em coautoria, utilizando-se de arma de fogo, dispararam tiros contra a vítima **Renato Carlos da Silva**, ocasionando-lhe a morte, conforme perícia tanatoscópica coligida aos autos.

Narra a peça acusatória que a vítima foi morta enquanto caminhava a pé no sentido Maracaípe-Porto de Galinhas, momento em que, de dentro de uma camioneta Toyota Hilux, cor prata, cabine dupla, placa KLJ-3021, conduzida pelo segundo denunciado, foram disparados os tiros pelo primeiro denunciado, havendo notícias de que este já cometeu outros homicídios na referida localidade.

Depreende-se do inquérito que não houve nenhuma discussão entre a vítima e os denunciados, tendo o delito sido praticado por motivo fútil e mediante surpresa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi



A Juíza de primeiro grau, na sentença (fls. 935/936), baseando-se na decisão proferida em plenário, aplicou ao acusado as penas do art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal, fixando a pena-base em 20 (vinte) anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado, a qual se tornou definitiva, por não existirem circunstâncias agravantes ou atenuantes, nem causas de aumento ou de diminuição da pena.

A defesa do acusado, em suas razões recursais (fls. 954/960), pugna pela reforma da sentença, para que o réu seja submetido a novo julgamento, por ser a decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos.

O representante do *Parquet*, em sede de contrarrazões (fls. 967/972) requer que seja negado provimento ao apelo, para que seja mantida a sentença em todos os seus termos.

Nesse mesmo sentido, a Procuradoria de Justiça, em sede de parecer (fls. 975/978), opina pelo não provimento do apelo.

É o Relatório.

À Douta Revisão.

Recife, 21 de fevereiro de 2014.

Des. Marco Antônio Cabral Maggi

Relator

991



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0000405-30.2003.8.17.0730 (0281525-4)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: MOISES FRANCISCO DE SANTANA

APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Como relatado, trata-se de apelação criminal interposta por **Moisés Francisco de Santana** contra decisão oriunda do Tribunal do Júri, que o condenou à pena definitiva de 20 (vinte) anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado, pela prática da infração prevista no art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal.

A defesa do acusado, em suas razões recursais (fls. 954/960), pugna pela reforma da sentença, para que o réu seja submetido a novo julgamento, por ser a decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos.

É cediço que a cassação do veredicto do Tribunal do Júri, com base no artigo 593, III, "d", do Código de Processo Penal, somente pode ocorrer quando a decisão for completamente contrária à prova dos autos, ou seja, quando não houver qualquer elemento de convicção nos autos capaz de embasá-la, o que, seguramente, não ocorre na espécie.

De fato, da análise do conjunto probatório, tem-se que a materialidade e a autoria delitiva ficaram comprovadas, diante da perícia tanatoscópica de fl. 27, das fotografias de fls. 28/29 e da prova testemunhal coletada.

No caso *sub examine*, há uma versão da prova no sentido de que o recorrente, de dentro do veículo conduzido pelo acusado Marcílio, efetuou os disparos de arma de fogo contra a vítima,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

ocasionando-lhe a morte. Consta também que o recorrente era conhecido na localidade como "Capanga de Marcílio".

Por sua relevância, colaciono os seguintes depoimentos prestados em sede judicial, os quais serviram de fundamento para a decisão do Conselho de Sentença:

"(...) segundo os comentários a vítima dirigia-se a pé quando foi atingido por projéteis de arma de fogo desferidos por uma pessoa que vinha numa caminhonete e atirou contra a vítima; segundo os comentários a pessoa que desferiu o tiro desceu da caminhonete; segundo os comentários a pessoa que efetivou os disparos contra a pessoa de Renato foi Moisés que era conhecido como 'Capanga de Marcílio'". (Valdiney Vanderley Vaz, fls. 233/234)

"(...) que segundo os comentários de populares a vítima foi assassinada a mando de Marcílio e que o autor dos disparos que causaram a morte da vítima vinha em uma caminhonete de cor prata ou cinza (...) sabe que Moisés é vigia, empregado de Marcílio (...); que conhece a caminhonete de propriedade de Marcílio e que esta caminhonete era cinza, cor de chumbo". (Luciano da Silva Chalaça, fls. 107/108)

"que de fato ia na estrada de Porto de Galinhas para Maracápe, pedalando uma bicicleta, quando em sua frente ia uma caminhonete de cor clara, cor de cinza, não sabe distinguir, quando observou também que vinha um rapaz de Maracápe e a caminhonete ao passar pelo rapaz viu quando do lado do passageiro alguém empunhou uma arma e disparou contra o rapaz; que ao ouvir o primeiro tiro caiu desmaiada e só recobrou os sentidos no posto médico em Porto de Galinhas; que posteriormente veio a saber na Delegacia que o nome do rapaz era Renato Carlos da Silva; posteriormente, tomou conhecimento, por comentários, de que a caminhonete era de propriedade de Marcílio (...); que não conhecia a pessoa de Moisés e que soube por comentários que o mesmo trabalhava com a pessoa de Marcílio" (Zuleide Marques da Silva, fl. 108)

Bem assim, a testemunha **Alexandre José da Silva**, ao prestar declarações em sede policial (fls. 22/23), sendo posteriormente ouvido em Juízo (fl. 94), relatou, na delegacia, o que segue:

"que no ano passado ele declarante e sua companheira Maria José conhecida por Marú, tiveram que sair da Praia de Maracápe onde moravam porque estavam sendo ameaçados de morte pelo

993



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

capanga de Marcílio de nome Moisés conhecido por Noca, esse elemento que tem toda liberdade do patrão de nome Marcílio só anda armado de pistola amedrontando a todos ali na comunidade, segundo soube já matou pessoas como seu Severino, marido de Zefinha o qual estava ajeitando a antena quando foi alvejado por diversos tiros segundo soube desferidos pelo elemento Noca, não sabe o motivo; que o mesmo aconteceu com outra pessoa conhecida por Preto que foi covardemente abatido pelo elemento capanga de Marcílio conhecido por Noca, fato acontecido em agosto do ano passado (2002); que afirma o declarante ter tomado conhecimento do assassinato de Renato Carlos o qual trabalhava como pedreiro e foi abatido também na estrada de Maracipe por esse elemento conhecido por Noca; segundo ouviu os comentários, nesse crime de Renato o Moisés (Noca) estava na camionete Toyota conhecida por todos lá em Maracipe como sendo de Marcílio; dizem que Marcílio estava dirigindo o referido quando da morte de Renato, isso aconteceu em julho do ano passado (2002); que, ele tem conhecimento de que o Marcílio é usuário de drogas e quando está 'doidão' vive fazendo disparos de arma de fogo e amedrontando as pessoas" (fls. 22/23).

Assim, embora o apelante negue o cometimento do crime, parte das testemunhas arroladas pelo *Parquet* afirmam que os comentários na localidade sobre a autoria delitiva recaem sobre o acusado, enquanto que as demais se limitam a informar que desconhecem a autoria delitiva.

Por sua vez, como destacou o *Parquet* em sede de contrarrazões "o *álibi* criado pela defesa no sentido de que a caminhonete de Marcílio estaria em uma oficina demonstrou-se extremamente frágil, pois, afora um depoimento vago e impreciso do dono do estabelecimento e uns cheques emitidos e descontados em dias distintos do dia do crime, não há nenhuma prova concreta de que o carro não estivesse na garagem" (fls. 967/972).

Impende registrar que é assegurado ao Tribunal do Júri o princípio da soberania dos veredictos (art. 5º, XXXVIII, "c", da CF), de modo que, se no processo existirem elementos de prova verossímeis em mais de um sentido, podem os jurados optar por qualquer um deles, uma vez que julgam por íntima convicção, só sendo possível a anulação do seu julgamento quando representar visível afronta à prova dos autos, o que, seguramente, não ocorre.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

Na esteira da jurisprudência do STJ "não se qualifica como manifestamente contrária à prova dos autos a decisão dos Jurados que se filia a uma das versões para o crime, em detrimento de outra, ambas apresentadas em Plenário, desde que a tese privilegiada esteja amparada em provas idôneas" (HC 146.519/RJ, Rel. Ministro Felix Fischer, Julgado em 11/05/2010).

Dessa forma, tendo o Conselho de Sentença decidido em consonância com a prova dos autos, inexistente motivo para a submissão do acusado a novo julgamento.

Por todo o exposto, meu voto é no sentido de negar provimento ao apelo, mantendo a sentença atacada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 12 de Julho de 2014.

Des. Marco Antonio Cabral Maggi
Relator



995

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0000405-30.2003.8.17.0730 (0281525-4)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: MOISES FRANCISCO DE SANTANA

APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

REVISOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

VOTO

O Representante do Ministério Público denunciou MOISES FRANCISCO DE SANTANA, ora apelante, como incursos nas sanções do art. 121, § 2º, incisos II e IV, c/c . O feito tramitou regularmente e o apelante foi pronunciado e submetido ao crivo do Júri Popular da Comarca de Ipojuca, que decidiu condená-lo na conformidade do pleito ministerial. Em face da decisão soberana dos Jurados, o Juiz Presidente do Tribunal do Júri estabeleceu pena de 20 (vinte) anos de reclusão, em regime inicialmente fechado.

A defesa apelou do veredicto. Nas razões da insurgência, alega que a decisão do Tribunal do Júri é manifestamente contrária a prova dos autos, pelo que se impõe a realização de novo julgamento (fls. 953/960).

A alegação da defesa não encontra arrimo na prova dos autos.

96

Consta da denúncia de fls. 02/03, em síntese, que na manhã do dia 09 de julho de 2002, na estrada que dá acesso à praia de Maracaípe, em Ipojuca-PE, o apelante e o co-denunciado Marcílio Vita Fragoso de Medeiros, em unidade de esforços e desígnios, ceifaram a vida da vítima Renato Carlos da Silva, quando esta caminhava em direção à praia de Porto de Galinhas. Registra a peça acusatória que o crime foi praticado de dentro do carro conduzido pelo pronunciado Marcílio, tendo os tiros sido efetuados pelo ora apelante.

A análise da presente medida recursal é adstrita aos pontos indicados nas razões do inconformismo¹. Assim, passo a elencar alguns elementos probatórios que se coadunam com a decisão dos membros do Conselho de Sentença.

No curso do inquérito policial, testemunhas ouvidas perante a autoridade policial atribuíram à autoria do assassinato da vítima ao apelante. Conforme as investigações policiais, o apelante era empregado do co-denunciado Marcílio Vita, exercendo a função de segurança ou capanga. A motivação do homicídio seria o fato de a vítima ser dada à prática de crimes na localidade em que o co-denunciado Marcílio desempenhava atividades empresariais.

Em juízo foi colhida prova deponencial que se coaduna com o veredicto ora impugnado. Conforme o termo de depoimento de fl. 107, a testemunha Luciano da Silva Chalaça afirmou que *"segundo comentários de populares, a vítima teria sido assassinada a mando de Marcílio e o autor dos disparos que ceifaram a vida da vítima vinha na caminhonete de cor prata ou cinza"*. Já a testemunha Valdiney Vanderley Vaz, também em juízo (fl. 234), afirmou que *"segundo comentários, a pessoa que efetivou os disparos contra a pessoa de Renato foi Moisés, que era conhecido como capanga de Marcílio"*.

¹ Súmula 713 (STF): O efeito devolutivo da apelação contra decisões do Júri é adstrito aos fundamentos da sua interposição

A testemunha ocular do crime, Sra. Zuleide Marques da Silva (fl. 108), afirmou ter visto uma caminhonete de cor cinza e que ouviu comentários de que tal carro era de propriedade do co-autor Marcílio.

Como bem ressaltou o exmo. Procurador de Justiça, *“depoimentos dão conta de que Moises atuava como capanga de Marcílio o qual dava ordens violentas àquele. Grande parte das testemunhas afirmou ter ouvido a respeito de uma lista de pessoas marcadas para morrer e, que nesta lista estaria a vítima”*.

Os mencionados elementos da prova são compatíveis com o veredicto impugnado, de modo que não se pode falar em decisão manifestamente contrária à prova dos autos. Neste caso, os jurados rejeitaram a tese de negativa de autoria defendida pelo apelante e optaram pela versão da acusação, que lhes pareceu mais plausível, de modo que a alegação de que houve decisão manifestamente contrária a prova não merece ser acolhida. Sobre o assunto, é uníssono o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

“EMENTA: CRIMINAL. RESP. JÚRI. CONDENAÇÃO POR HOMICÍDIO QUALIFICADO. RECURSODEFENSIVO. PLEITO DE NOVO JULGAMENTO. CONTRARIEDADE À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. EXISTÊNCIA DE DUAS VERSÕES A RESPEITO DO CRIME. RECURSO PROVIDO.

Não se caracteriza como manifestamente contrária à prova dos autos à decisão que, optando por uma das versões trazidas aos autos, não se encontra inteiramente divorciada da prova existente no processo. Precedentes. Recurso provido, para cassar o acórdão recorrido e determinar o restabelecimento da decisão proferida pelo Tribunal do Júri.” (RECURSO ESPECIAL 2005/0215437-2, Relator: GILSON DIPP, Órgão Julgador: QUINTA TURMA, Data do Julgamento: 12/09/2006).

*“Opção dos jurados por uma das versões dos autos: STF – Júri – Veredictos – Soberania – A soberania dos veredictos dos Tribunais do Júri revela uma garantia constitucional – alínea c do inciso XXXVIII do art; 5º da CF. **Optando o Conselho de Sentença opta por uma das versões existentes nos autos, aliás a mais crível e corroborada pelas palavras das testemunhas, inviável é o reconhecimento da nulidade do veredicto por decisão***

GP

manifestamente contrária à prova dos autos.” (in CPP
Interpretado, J.F. Mirabete, 11ª ed. P.1491)

Assim, em sintonia com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, **voto pelo não provimento do apelo, para que a sentença ora impugnada seja mantida em todos os seus termos.**

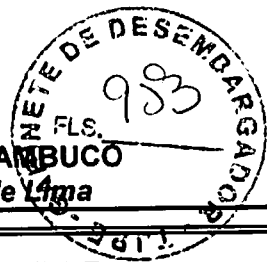
É como voto.

Recife, 01 de julho de 2014.


Des. Gustavo Augusto Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0000405-30.2003.8.17.0730 (0281525-4)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: MOISES FRANCISCO DE SANTANA

APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

REVISOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

DESPACHO

Inclua-se em pauta.

Recife, 19 de maio de 2014.


(Des. Gustavo Augusto Lima
Relator